

dades, públicas e privadas, o que torna evidente a necessidade de se definirem os princípios que hão-de presidir à coordenação dos seus esforços. E assim, na segunda das três recomendações finais², os Países Membros são convidados a criar mecanismos nacionais — integrando precisamente os representantes daquelas autoridades e entidades — que deverão ter como função recomendar as grandes linhas de orientação de uma política de formação concertada dos «quadros» superiores de uma economia. Para o que lhes deverá também caber a definição, o lançamento e a direcção dos estudos necessários para a devida fundamentação dessa política.

Finalmente, a Conferência Intergovernamental da O.C.D.E. sobre a formação e utilização do pessoal científico e técnico, salientou, na sua terceira recomendação, a necessidade de, no plano internacional, se proceder a um intercâmbio permanente dos métodos, dos resultados das investigações e das experiências realizadas nos vários países. E para este fim a O.C.D.E. foi solicitada não só no sentido de fazer subir a nível governamental as duas primeiras recomendações da Conferência, como também a tomar as disposições necessárias para institucionalizar a cooperação internacional neste importante domínio do desenvolvimento económico e social.

*Maria de
Lourdes
Lima
dos
Santos*

A família — unidade e diversidade em perspectivas de transformação

1. Introdução

O grupo familiar, ao longo dos séculos tem, evidentemente, revestido diversas formas, a fim de se adaptar às diferentes condições impostas pelas coordenadas tempo e espaço.

Quando, ou na medida em que, coincidia com a unidade de exploração, a família constituía uma célula fundamental da sociedade, capaz, ao mesmo tempo, de procriar e de assegurar praticamente por si só a sobrevivência dos seres procriados.

Essa coincidência da unidade familiar com a unidade de exploração implicava uma determinada organização conducente a um grupo coeso, suficientemente vasto, cuja disciplina era garantida através de uma herarquia segundo idade e sexo, encimada pela autoridade do pai, subordinando-se o indivíduo aos objectivos da família. Esta acumulava uma extensa gama de funções indispen-

sáveis à sua preservação — procriação, produção e consumo, formação dos filhos, protecção de todos os membros, actividades de ordem religiosa e de ordem recreativa, definição de estatuto social, etc. Em linhas muito gerais, podemos dizer que foi a partir deste complexo de funções que se construiu o ideal de família hoje designada como tradicional.

A evolução cultural, o desenvolvimento técnico, o impacto da industrialização, uma diferente estrutura económica, e uma diferente estrutura de classes, enfim, o conjunto daqueles factores de vária ordem que significam mudança social, alterou necessariamente esse ideal de família (família que, não tendo sido estática nem universal, pode, no entanto, manter-se numa relativa estabilidade ao longo de uma mudança social de certo modo bastante lenta e descontínua em comparação com a dos nossos dias).

Um novo significado começa a definir-se para a antiga instituição familiar, cuja coesão é abalada — modificadas as suas funções, o estatuto dos seus membros e as relações entre eles, modificado o «porquê» e o «para quê» da família.

Mas, para lá dos traços comuns que caracterizam a evolução contemporânea da família, deve, como é óbvio, ter-se presente que as alterações se vêm traduzindo por diversas formas nas várias camadas socio-económicas, sujeitas como estão a diferentes condicionamentos.

Começaremos por destacar algumas dessas diferenças, para depois esboçarmos uma visão de conjunto que será necessariamente sumária.

2. A família na sociedade industrial

2.1 Critério de diversidade

Ao afirmar-se o sistema comercial-industrial, as classes trabalhadoras atravessam um processo de urbanização a partir do qual podemos falar do aparecimento de «famílias operárias». A coincidência da unidade familiar com a unidade de exploração desaparece — a família operária vive exclusivamente de um salário, a sua função de produção atrofia-se, desaparece praticamente enquanto produção para o exterior, tornando-se predominante a função de consumo.

Mas o nível dos salários só permitindo um reduzido poder de compra, não provê às necessidades de consumo familiar, o que impele a mulher e os filhos jovens para o trabalho profissional.

A elevada concentração demográfica nos meios urbanos leva a apressadas soluções de alojamento para a mão-de-obra que afluí. As famílias instalam-se precariamente, muitas vezes obrigadas a partilhar a habitação com desconhecidos, dispendo de um reduzido

espaço que só abriga um reduzido número de membros. Esta situação não é, evidentemente, exclusiva dos primeiros tempos do industrialismo, permanecendo nos nossos dias mesmo nalguns países economicamente desenvolvidos onde continuam a ser uma realidade as habitações superlotadas, arcaicas ou segregadas (como os modernos bairros operários mais ou menos fechados sobre si mesmos).

A industrialização implica também uma mobilidade geográfica e uma descontinuidade ocupacional não favoráveis a um grupo familiar extenso, antes proporcionando o surto de uma forma nuclear de família (casal e filhos isolados dos restantes parentes), considerada característica das sociedades industrializadas e urbanizadas. Este isolamento, porém, parece corresponder, sobretudo no caso da família operária, a uma fase de ruptura desencadeada pelo movimento migratório para os centros industriais. Se a família permanecer nestes centros com certa continuidade, podem restabelecer-se relações familiares mais vastas com objectivos de entreeajuda.

Quanto à família rural dos nossos dias, cuja estrutura tradicional aparece como mais preservada, na realidade vem sendo penetrada pelos elementos culturais urbanos e pela aplicação das modernas técnicas à exploração agrícola. Se essa estrutura tradicional parece ter vindo a desintegrar-se mais lentamente no meio rural, isso será, em parte, explicável pela própria natureza do trabalho agrícola. Este permanece ainda intimamente dependente de condições climáticas, natureza dos terrenos e tipos de cultura e de propriedade.

A distribuição do trabalho durante o ano está ligada a estes factores e vai reflectir-se na vida da família rural. A falta de um domínio sobre a natureza assim como a falta de uma divisão adequada da terra impedem uma boa distribuição do trabalho pela população rural, ao longo do ano, e criam uma situação de instabilidade que favorece o êxodo rural, característico das sociedades em fase de industrialização e urbanização.

Hoje em dia, se a família rural não tem ainda de enfrentar a problemática que poderá decorrer de um profundo processo de reorganização da agricultura, tem já de adaptar-se às transformações impostas pela mecanização; pela passagem de uma produção praticamente destinada a consumo próprio para uma produção comercializada; pela valorização de formas de vida urbanas. Ao falar de família rural, de propriedade e de trabalho rurais, ao sugerir correlações entre estas três realidades, há que não esquecer, todavia, a sua complexidade. Para lá de uma forma de empresa agrícola familiar, detentora de propriedade — «propriedade camponesa» — onde se perpetua, até certo ponto, a coincidência entre unidade familiar e unidade de exploração, entre proprietário e trabalhador, para lá desta forma, pode existir empresa agrícola familiar não proprietária, mas arrendatária, podem existir outros tipos de pro-

priedade — «burguesa» e «senhorial» — onde o trabalhador é assalariado (fixo ou eventual) e onde o proprietário (no caso de propriedade senhorial) é, muitas vezes, absentista. A estes diferentes tipos de propriedade e de trabalhador corresponderão diferentes formas de relação com a terra e diferentes graus de estabilidade para a família. A complexidade contida na designação «família rural» aumenta perante o desenvolvimento dos contactos com os meios industriais e urbanos (o caso flagrante das famílias em que parte dos rendimentos vêm de diversas actividades desempenhadas por alguns dos seus membros fora da exploração agrícola — por exemplo, os jovens operários que trabalham em indústrias localizadas próximo da habitação familiar onde continuam a residir).

No caso da burguesia urbana, mesmo numa nota tão generalizada como esta, é imprescindível distinguir as famílias da alta burguesia com uma posição dominante já reconhecida e estabilizada e as famílias de classes médias mais ou menos avançadas na via da mobilidade social.

A alta burguesia de certo modo tende a confundir-se com a nobreza — substituiu-a como classe dominante e identificou-se com alguns dos seus valores que tem vindo a conservar.

Todavia, na transição da sociedade tradicional para a industrial, passando as classes superiores a ser fundamentalmente representadas pelos grandes proprietários de indústria e comércio, vemos a alta burguesia aceitar e mesmo promover o desenvolvimento técnico e económico. Isto não significa que não procure, simultaneamente, conservar instituições tradicionais, designadamente modelos tradicionais de família que podem ter o significado de defesa para a sua classe e de manipulação para as menos favorecidas. Numa época em que se pode aceder à mobilidade social pela via da competição, em que o êxito económico é identificado com uma vida bem sucedida, em que o estatuto está dependente da classe, ou melhor, da ocupação, as classes médias, detendo certas possibilidades de promoção, porventura capazes de lhes vir a garantir a procurada segurança, empenham-se em obtê-la, mas ficam sujeitas ao dilema tradição-inovação, em tentativas de difíceis equilíbrios.

Nas classes médias, a mulher começa a desempenhar um trabalho profissional — se o seu ordenado já não é indispensável para satisfazer as primeiras necessidades, como o salário da mulher operária, é-o para assegurar o acesso àquele padrão de vida que o progresso técnico elevou e tornou desejável: o acesso a um certo luxo, símbolo de um desafogo que, nalguns países, não corresponde às realidades económicas; o acesso a uma formação mais prolongada para os filhos, capaz de lhes facilitar a promoção; enfim, o acesso a uma afirmação pessoal que, nas sociedades industrializadas, se

traduz num prestígio muito mais ligado às funções profissionais do que às familiares.

2.2 *Critério de unidade*

Traçámos, de modo muito genérico, alguns aspectos da mudança operada ao longo de um processo de industrialização. Fizemo-lo considerando separadamente as famílias operárias, rurais e burguesas.

Vamos agora:

a) sublinhar o que corresponde a uma desorganização relativamente ao tipo de família tradicional (desvios de antigas normas que nem sempre implicam adesão a novas).

b) confrontar, nas referidas formas de família, o que, para lá das diferenciações, é comum e permite falar de uma família contemporânea.

A família tradicional significa: família extensa e hierarquizada; controle autoritário exercido pelo pai; definição do estatuto dos seus membros pela idade, sexo e grau de parentesco; identificação com a unidade económica; acumulação de funções; submersão do indivíduo no grupo familiar; sacralização dos laços familiares.

Vimos que na família contemporânea aparece a forma nuclear predominantemente para a camada operária, mas também a encontramos nas classes médias, onde a mobilidade social, a par da geográfica, afasta do núcleo conjugal os restantes membros.

No entanto, normalmente mantém-se algo da antiga noção de «família extensa», que leva a considerar tios, primos e sobrinhos como partes de um grupo mais ou menos solidário; a família de três gerações impõe-se ainda em relações da entreatajuda, muito embora possa haver uma distância geográfica, social ou cultural.

Estas relações podem representar, para a família operária, fonte de tensões e graves problemas, dada a dificuldade de albergar e manter vários membros. As relações entre velhos e novos são particularmente afectadas quando a ajuda daqueles decresce ou se torna nula e só o recurso à assistência social pode fornecer-lhes uma solução.

Quando aumenta o número de mães que trabalham fora de casa sem que surjam medidas sociais adequadas e suficientes, a presença da avó no lar, sendo uma necessidade, frequentemente dá, no entanto, lugar a conflitos vários, símbolo ela mesma de uma ordem que o casal está em vias de ultrapassar. Os casais novos parecem ambicionar um contacto menos directo e obrigatório com as suas famílias de orientação. Aliás, ainda solteiros, os jovens também parecem revelar-se cada vez mais ansiosos por se autonomizarem em

relação à família que, assim, tenderá para diminuir não só em dimensão como em duração.

Hoje em dia, a predominância de grupos secundários na sociedade industrial, colidindo com o exclusivismo afectivo que, tantas vezes, caracteriza o grupo primário por excelência que é a família, deverá contar-se entre os factores capazes de originar conflitos entre as gerações.

Nas famílias rurais verifica-se também uma tendência para dimensões mais reduzidas. A autoridade paterna tende igualmente a diminuir, mas, segundo parece, de forma mais atenuada do que nas famílias operárias ou mesmo nas famílias burguesas urbanas, onde a mulher desempenha já uma profissão.

O facto de haver outros membros, que não só o pai, a ganhar dinheiro para ajudar a manter a família, afecta necessariamente a hierarquia doméstica. Não é alheia a este facto a democratização que, nos nossos dias, começa a caracterizar as relações de pais e filhos e de marido e mulher.

O êxodo rural será, em parte, uma forma de resolver um velho conflito entre pai e filho, uma forma de romper com uma situação de dependência que se prolongava para o filho, enquanto o pai fosse vivo.

Por outro lado, a posição da mulher na família rural parece atravessar uma fase de desprestígio coincidente com a fase de comercialização da agricultura; enquanto nas famílias urbanas ela começa a ganhar autonomia e prestígio, aqui o seu papel ainda não reassumiu o carácter de necessidade que tinha numa exploração agrária orientada para a subsistência própria.

A coincidência entre unidade familiar e unidade económica desapareceu modernamente, como já se notou. A uma economia doméstica e de subsistência vai corresponder uma economia de mercado que exige um complicado aparelho publicitário destinado a fomentar a compra, uma economia de mercado que exige uma técnica cada vez mais funcionalizada e, conseqüentemente, um pessoal cada vez mais especializado.

Na sociedade industrial, o trabalhador não possui os instrumentos de trabalho, não produz para satisfazer necessidades próximas e concretas, é contratado através de relações de tipo pessoal e está sujeito a um horário bastante rígido; a automação em que, aliás, vemos uma possibilidade de libertação para o homem, implica também, quer-nos parecer, riscos não muito diferentes dos do trabalho em cadeia — uma exigência de disciplina e treino sobre a iniciativa e a inteligência. Note-se que este ultimo aspecto não diz respeito só ao trabalho de fábrica, mas também ao trabalho do funcionário em cujo domínio começa a penetrar a cibernética.

Em suma, dentro de todo este contexto, a relação de tipo pessoal surge como uma necessidade premente que busca satisfação

não só nos grupos informais que irrompem em meio profissional mas, e sobretudo, na família.

Presentemente, desenvolve-se uma série de organizações destinadas a preencher parte das funções que competiam à família. Os especialistas tomam-nas a seu cargo, o que, longe de representar um princípio de dissolução para a família, virá apenas dar-lhe um sentido diferente do que se impunha para a família tradicional.

Se organizações especializadas assumem o que existe de uniforme e neutro nas funções da família, cria-se para esta uma maior disponibilidade, propícia ao cultivo de uma intimidade onde os indivíduos podem encontrar uma compensação para a carência de relações de tipo pessoal — carência de que enferma a sociedade industrial, onde a eficiência é um princípio dominante.

Hoje, o casamento surge-nos, fundamentalmente, como relação pessoal; isto, evidentemente, não significa que ele não continue a ser para a alta burguesia uma forma de consolidar e aumentar o poder e, para as classes médias, em certos casos, uma forma de promoção social coincidindo, por vezes, com a formula «casamento por amor».

As exigências da personalidade de cada indivíduo dentro da família já não são compatíveis com uma predestinação ligada aos interesses desta. Pelo contrário, os interesses da família visam agora a defesa dos interesses da cada indivíduo que dela faz parte, o respeito pela sua personalidade, o apoio para a sua valorização — atitude que surge ligada a uma noção de família dinâmica, flexível e não sacralizada.

Não haverá consciência disto na família operária ou rural ainda submetida à luta diária pela subsistência; encará-lo-ão de forma adulterada algumas famílias burguesas para as quais a valorização pessoal vai desembocar na aquisição dos símbolos de domínio, mas tal valorização poderá significar reconhecimento de si e dos seus direitos — uma plataforma, enfim, para o reconhecimento dos outros e dos direitos que lhes assistem.

Fevereiro de 1967

*Mário
Cardoso
dos
Santos*

Os trabalhadores e o progresso técnico

1. As múltiplas formas pelas quais se concretiza o progresso técnico assumem crescente importância na determinação das transformações que se processam a vários níveis na maior parte das